



PERFIL SÓCIO, ECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DA UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil.

Betty Elmer Finatti¹
Jolinda de Moraes Alves²
Ricardo de Jesus Silveira³

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer as condições sociais, econômicas e culturais dos estudantes de graduação da Universidade Estadual de Londrina - PR, visando dimensionar os níveis de carências e afirmar a necessidade da implantação de uma política de assistência estudantil, inserida na Política de Educação e concebida como direito do estudante. Trata-se de uma pesquisa de campo que teve como instrumento de coleta de dados o questionário aplicado em uma amostra de 3% dos alunos de graduação, no período compreendido entre 2004 e 2006.

Palavras chave: Política de Educação Superior; perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes universitários; assistência estudantil como direito.

ABSTRACT

This research had as objective to know the social, economic and cultural conditions of the graduation students of Universidade Estadual de Londrina – PR, being aimed to dimensionate the levels of lacks and to affirm the necessity of the implantation of a politics of student assistance, inserted in the Politics of Education and conceived as a student rights. It's a field research that had as instrument of collection of data the applied questionnaire in a sample of 3% of the graduation students, in the period understood between 2004 and 2006.

Keywords: High School Politics, social, economic and cultural profile of university students, students assistance as a right.

1 INTRODUÇÃO

A democratização da Universidade não pode se efetivar apenas através do acesso à educação superior gratuita, mas igualmente, pela criação de mecanismos que garantam a sua permanência, reduzindo os efeitos das dificuldades concretas para que os estudantes universitários possam prosseguir sua vida acadêmica com sucesso.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), determinou a adoção de programas de

¹Assistente Social. e Mestranda em Serviço Social e Política Social/UEL.

²Profª Doutora- Departamento de Serviço Social- Universidade Estadual de Londrina .

³Prof Doutor- Departamento de Serviço Social- Universidade Estadual de Londrina

assistência estudantil tais como, bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Plano Nacional de Educação - Lei 10.172/2001

4. Educação Superior - Objetivo nº. 34

Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.

Igualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º.394, de 29/12/1996), artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI, determina que: *"(...) a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais"*.

A Secretaria Nacional de Ensino Superior (SESU) estima que o custo com a evasão no sistema federal seja de quatrocentos e oitenta e seis milhões de reais ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das Instituições Federais encarecendo e reduzindo a eficiência do sistema (MEC, 1998).

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência, desse segmento da população, na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos, ou mesmo retardem sua conclusão. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 1997) aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas de evasão e retenção.

No Plano Nacional de Educação, o ser humano é visto como ser ativo, crítico, construtor de sua própria cultura, da história e da sociedade em que vive. Para tanto é imprescindível seu acesso a uma escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes à cidadania. Tal escola se opõe àquela que vincula a educação a prerrogativas mercadológicas globalizantes, com o intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos.

Nessa dimensão a escola se redefine como o espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política, levando sempre em consideração a realidade das relações sociais e de trabalho. Portanto, essa visão concebe os sujeitos como portadores de direitos sociais, cuja formação tem por objetivo proporcionar graus sempre crescentes de cidadania e de humanização.

A Universidade tem a tarefa de organizar a cultura e a sociedade para superar as contradições nela existentes, formando agentes culturais mobilizadores que usam a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela

consolidação da cidadania. O contexto sócio cultural no Brasil tem demonstrado historicamente, que a educação não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros.

As classes populares, no Brasil, sempre estiveram à margem do poder. Em consequência, as aspirações populares, em matéria de educação, não encontram ressonância: a educação é eminente mente elitista e antipopular. (GADOTTI: 1981, p.5)

Diante da clara incapacidade orgânica do capital em democratizar o imenso avanço das forças produtivas e da crescente tendência do monopólio privado da ciência e da tecnologia, FRIGOTTO (1998: 25-51) afirma que o papel dos processos educativos tem sido a produção de cidadãos que não lutam por seus direitos e mais que isto, para não correrem o risco do desemprego diante da reestruturação produtiva, consideram como tábua de salvação o consenso passivo “trabalhar menos para que todos trabalhem”. Nesse contexto a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário, transporte e recursos financeiros.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A construção do instrumental de coleta de dados da pesquisa contou com a realização de um pré-teste, tendo sido dividido em dois questionários, com questões abertas e fechadas, que foram submetidas à aprovação do comitê de ética em pesquisa da UEL.

A coleta de dados teve seu início com um trabalho prévio de sensibilização interna junto aos órgãos colegiados, professores, entidades de representação estudantil e do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Foram selecionados acadêmicos para participação na aplicação do instrumental, interpretação e análise dos dados nas modalidades de Atividade Acadêmica Complementar, Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq e Araucária/PR) e Projeto AFROATITUDE BRASIL.

A aplicação do instrumental contou com a participação conjunta da PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, da PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação e do SEBEC – Serviço de Bem Estar da Comunidade que se responsabilizaram pelo treinamento dos

estudantes, reprodução do material de coleta de dados, organização e execução do plano de coleta de dados junto aos alunos matriculados nos 41 cursos de graduação da UEL e leitura óptica dos gabaritos.

De acordo com o plano amostral o instrumento foi aplicado em 3% do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação da UEL, sendo a tabulação feita através de leitura óptica pela PROGRAD / COPS e manualmente no caso das questões abertas.

3 RESULTADOS: perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes da UEL/PR

Os dados coletados apontaram que 15,16% dos alunos sobrevivem com renda familiar de até três salários mínimos e 24,01%, de 3 a 5 s/m. Com mais de 5 s/m, registrou-se 58,54% dos estudantes que, pelos objetivos da pesquisa são, muito provavelmente, aqueles que teriam condições de responderem por suas necessidades sem o apoio de políticas institucionais. Quanto a faixa etária a população estudantil, na sua grande maioria, 86,87%, tem idade até 26 anos, sendo 41,77% do sexo masculino e 57,41 do sexo feminino, bem como 84,01% na condição civil de solteiros.

Na relação entre os membros familiares, 10,0% dos estudantes são, em suas famílias, os que mais contribuem com a renda familiar. Os estudantes nas faixas de até 5 s/m não dispõem de apoio financeiro no âmbito familiar, ou seja, 27,71% dos estudantes mantêm-se financeiramente através de trabalho formal; 6,48% com remuneração de atividade acadêmica, supostamente bolsa de estudos e estágios remunerados; 8,1% de trabalho informal; 53,68% os que não carecem de assistência material, por manterem-se com “mesada” e; 1,23% que obtêm renda de aplicação financeira em poupança. Observou-se, ainda que 25,90% dos estudantes trabalham em tempo integral, 18,90% em trabalho de tempo parcial e, 12,50% têm trabalho eventual, estes de remuneração irregular.

É significativamente baixa (8,63%) a taxa de estudantes que se valem de bolsas de estudo, 1,34% (monitoria), 3,56% (projetos de pesquisa), e, 3,73% (projetos de extensão). Tais atividades só são contempladas aos alunos a partir do segundo ano dos cursos, salvo os alunos cujo ingresso se dá pelo sistema de cotas (Projeto Afroatitute e Fundação Araucária). Quanto aos estágios remunerados, observou-se que são em regra proporcionados aos alunos dos últimos anos dos cursos.

A situação dos estudantes em relação à moradia é bastante diversificada: 41,54% moram com os pais, com o cônjuge são 11,14%, com familiares 8,05, sozinho 9,22% e, em casa de amigos 27,36%, sendo que, mais de 20%, moram em casa alugada ou cedida e que, também mais de 20,0% das famílias moram em casa com até 4 cômodos.

Dentre os entrevistados, evidenciou-se que 15,40% das famílias não possuem automóvel, 68,23% não possuem assinatura de TV a cabo e 64,62% não dispõem dos serviços de empregada doméstica. Observou-se que 68,41% dos alunos têm em suas casas, no mínimo, um microcomputador. O dado não nos revela, entretanto, se são aparelhos conectados à rede internet. Não obstante, é significativo que 13,96% dos estudantes não possuam microcomputadores, instrumento, hoje, indispensável, ao desempenho das atividades acadêmicas.

Apesar de ser relativamente baixa a taxa de trancamento de matrículas, a pesquisa registrou que 24,21% dos estudantes que trancaram a matrícula por razão financeira, 34,74% por razão de saúde e, 5,26% por razão de maternidade.

Como fontes de informação : 48,76% deles se valem de telejornal , 14,76 buscam informar-se através da leitura de jornais e, 5,66% através de revistas. Mas é positivo o registro de 24,33% dos alunos que buscam informações através da internet. Os dados nos mostraram diversidade no interesse dos alunos, Quanto à frequência de apenas 49,12% dos estudantes que, diariamente, procuram informações, parece-nos, num primeiro momento, certo descompromisso, que se torna mais evidente, para o conjunto dos alunos, o fato de que 29,70% e 16,69% buscarem, respectivamente, informações semanalmente e ocasionalmente. O estímulo à busca de informações mais de forma assídua é importante à formação, especialmente, por se desenvolver uma formação comprometida com a realidade.

A leitura de ficção e não ficção é razoável entre os alunos, registrando 42,59% no primeiro caso e 35, 85, no segundo. Mas a frequência deixa a desejar quando se verifica que apenas 12,14% dos alunos lêem mais de 10 livros por ano. O dado é bastante negativo se levarmos em conta que neste registro está incluída a literatura acadêmica. A livraria da Editora UEL é pouco utilizada, apenas 8,92 alunos compram livros na livraria, embora 74,60% achem que os preços são bons, bem como 73,58% achem satisfatório o atendimento. Identificou-se, não apenas a partir da pesquisa, seja por baixo poder de compra, seja pelas facilidades de acesso à literatura requerida pelos programas, através de cópias xérox, que os alunos não têm o hábito de comprar livros.

A utilização pelos alunos dos serviços de correio, farmácia e atendimento psicológico é expressivo e mostrou-nos serem serviços indispensáveis que devem ser potencializados para um atendimento mais amplo. A utilização do passe escolar por 50,90% dos estudantes, correspondente a subsídio do transporte, mostrou que a universidade, dada sua força institucional, deve desenvolver ações que venham ao encontro da melhoria dos transportes coletivos, considerando que os problemas relacionados a horários, ônibus lotados, higiene, etc., são problemas que de modo indireto interferem no aproveitamento acadêmico.

Com relação à utilização do Restaurante Universitário o registro nos indicou que 25,56% dos alunos se utilizam o RU diariamente, sendo que destes, 5,78% o fazem regularmente, com almoço e jantar. A necessidade de ampliação de espaço e da oferta parece evidente. Quanto à higiene 21,29% dos usuários consideram inadequada, 23,97% consideram o serviço insatisfatório; 16,25% acham a comida bem feita; 28,47% consideram o cardápio insatisfatório e; 20,58% acham que o preço da comida é inadequado.

Destacou-se a ocupação com atividades culturais e artísticas com 15,60% e ocupação com movimento religioso 14,49%. Nas práticas mais comuns dentro das atividades destacaram-se: assistir TV e ouvir música com 23,02%, ir ao cinema com 15,46%, navegar na internet com 15,40% e sair para dançar, freqüentar bares e encontrar amigos com 18,53%. O hábito da leitura é registrado para 14,09% dos estudantes e a prática de esportes para 14,43%. Observou-se que a ocupação do tempo fora das atividades acadêmicas é caracterizada mais pela passividade que por atividade ocupacional que potencializa o aprendizado. Não obstante, há interesse dos alunos em inscreverem-se em curso de música 27,89%, em artes plásticas 14,89%, fotografia 35,63% e cinema/vídeo 21,59%.

O baixo percentual de alunos praticantes de esporte registrado foi reafirmado. A prática de caminhada, considerando a freqüência de até uma vez por semana, só é praticada por 35,24% dos alunos e 22,68% nunca praticam. Atividade como ciclismo ou patinação, até uma vez por semana, é praticada por 11,77%, sendo ocasionalmente praticada por 20,16% e, tendo sido registrado que 62,76% nunca praticam. Atividade como corrida e natação, também têm baixa freqüência, 15,04% praticam até uma vez por semana, 23,53%, apenas ocasionalmente e, 55,84% nunca praticam. Musculação e lutas como atividade física são praticadas, 23,59% desenvolvem a atividade até uma vez por semana, ocasionalmente por 17,99 e, 53,85% nunca praticam. Esportes individuais, como tênis, por exemplo, é praticado, até uma vez por semana, por 7,65% dos alunos, ocasionalmente por 13,12% e, 73,29% nunca praticam. Com esportes coletivos os percentuais não são muito diferentes, até uma vez por semana, 7,99%, ocasionalmente, 26,59% e, 50,06% que nunca praticam. Observa-se, de um modo geral, que em torno de 50,0% dos alunos não praticam esportes e nem desenvolvem qualquer atividade física. Dos 13,25% dos alunos que não tem interesse em praticar atividades físicas e/ou esportivas, 47,09% por falta de tempo e 13,61% por falta de recursos financeiros.

Considerando que 47,96% dos alunos não ouvem a Rádio Universidade e 29,05, raramente ouvem, pode-se dizer que a rádio, como meio de informação e formação é pouco utilizada pelos alunos.

A maioria dos alunos utiliza a Biblioteca, apenas 3,85% não a freqüentam. Dos que a utilizam, 72,42% consideram bom o atendimento dos funcionários, 76,82% que há

facilidade para o empréstimo de livros, 67,71% que o tempo de empréstimo é satisfatório e, 72,27% encontram regularmente o que procuram. Apenas 4,87% dos estudantes se utilizaram os serviços do Escritório de Aplicação dos Assuntos Jurídicos. Destes, 44,44% avaliaram os serviços como bom, 32,10% como regular, e 13,58% como ruim.

Os estudantes apresentam também demandas quanto aos recursos humanos, 3,32% se manifestaram pela necessidade de professores mais bem qualificados e, 0,91% pela necessidade dos professores serem avaliados. Outros recursos relacionados à sua vida acadêmica: 12,3% manifestaram necessidade por transporte gratuito, 8,16% por um maior número de bolsas de iniciação científica, 6,04% por programas de atividades físicas gratuitos, 4,83% por mais programas de estágios, 3,32% por mais convênios de intercâmbio estudantil, 3,02% por maior divulgação dos serviços prestados, 3,02% pela liberação de bebidas alcoólicas e festas no campus, 2,72% por atendimento odontológico aos estudantes e, 2,11% por mais vagas nos cursos de línguas. A pesquisa registrou 72,57% dos alunos pretendem continuar estudando após o término da graduação.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa identificou as principais dificuldades de sobrevivência dos universitários e de sua permanência na Universidade Estadual de Londrina – PR, durante o curso de graduação e sugeriu a implantação de uma política de assistência estudantil direcionada a tais estudantes. Consideramos como referência básica para o dimensionamento de qualquer política de assistência aos estudantes um universo não inferior a 15% dos estudantes de graduação. Para este universo, tendo-se em conta, evidentemente, especificidades deverão ser levadas em conta em razão do objeto particular das políticas, devem ser dirigidas, por exemplo: a política habitacional, a alimentícia, o transporte, a de bolsas trabalho, sem prejuízo, como deve ser óbvio, da participação em bolsas estudo, concernentes à participação em atividades acadêmicas como, monitorias, projetos de pesquisa e de extensão e demais atividades acadêmicas remuneradas.

Para o universo dos alunos de graduação a pesquisa demonstrou a necessária ampliação do acesso a atividades esportivas e culturais, acesso a materiais escolares, oferecimento de programas de atenção integral à saúde e de prevenção de drogas, DST/AIDS e gravidez precoce, com apoio psicológico.

Por fim constatou-se a necessidade de ampliação das bolsas de ensino, pesquisa e extensão, além do desenvolvimento de estudos que venham politizar a questão de políticas afirmativas, dentre elas a política de cotas.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE. **Perfil dos alunos da UEL: 2001/2002.** Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, Assessoria de Planejamento e Controle/Diretoria de Avaliação e Acompanhamento Institucional, 2002

BRASIL, INEP-MEC. **Pesq. do perc. de alunos absorvidos pela rede publica**, 1998.

BRASIL/MEC - Secretaria Nacional de Ensino Superior. **Diplomação, retenção e evasão em cursos de graduação em instituições de ensino superior pública**, 1998.

BRASIL. Lei N. º.394, de 29 de dez. de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação**.

BRASIL. Lei 10.172/2001 - **Plano nacional de educação**

BRASIL. MEC/Secretaria Nacional de Ensino Superior. **Diplomação, retenção e evasão em cursos de graduação em IES públicas**. Brasília, DF, 1998.

FORUM Nac. de Pró-Reitores de Assuntos Comum. e Estud. & Assoc. Nac. dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Pesquisa amostra do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras**, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1998.

GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e educação Brasileira Contemporânea. IN: **Educação e Sociedade**. CEDES, n. 8. São Paulo: Cortez, 1981.